

“Meu corpo, minhas regras!”:
Michel Foucault, corpo da mulher e feminismo

Lorena Ferreira Cronemberger*

Resumo

“Meu corpo, minha regras”, frase que estampou – e ainda estampa – diversas marchas e manifestações feministas, carrega uma crítica às relações de poder direcionadas ao corpo da mulher. Um corpo que, historicamente, esteve no foco de práticas e discursos disciplinares e normalizadores. Este artigo se direciona em pensar acerca deste corpo à luz da teoria foucaultiana, que nos permite pensar em questões de relações de poderes sobre o corpo contemporâneo, de modo a analisar alguns discursos e práticas médicas e científicas que se vinculam a processos de adoecimento físico e mental do corpo da mulher. Gritar “meu corpo, minhas regras!” ainda é urgente – e, pelo andar conversador que estamos vivendo, cada dia mais.

Palavras-chave: Corpo; Foucault; feminismo.

“My body, my rules!”:
Michel Foucault, women’s body and feminism

Abstract

“My body, my rules!”, a phrase that has stamped – and still does – several feminist marches and manifestations, carries a critique of power relations directed at women’s bodies. A body that, historically, has been in the focus of disciplinary and normalizing practices and discourses. This article is directed to think about this body in the light of Foucaultian theory, which allows us to think about questions of subjectivation and powers over the contemporary body, in order to analyze some medical and scientific discourses and practices that are linked to processes of physical and mental illness of women’s bodies. Shouting “my body, my rules” is still an urgency - and because of the conversational walk we are living, each day more.

Keywords: Body; Foucault; feminism.

*Doutoranda em Sociologia pela UFPE. Mestre em Sociologia pela UFPB. Graduada em Ciências Sociais pela UFPE. lorefecro@gmail.com

Introdução

Michel Foucault, herdeiro da Crítica do Sujeito e da vertente Estruturalista e Pós-estruturalista,¹ é uma das principais referências teóricas que pensou o corpo no campo das Ciências Humanas, junto a nomes como Nobert Elias e Pierre Bourdieu. Apesar de não ter realizado uma elaboração teórica sistemática acerca do corpo – não buscando, assim, elaborar uma “teoria do corpo” –, Foucault é um autor que traz ferramentas importantes para pensá-lo, não sendo mero veículo de reprodução da cultura, mas, principalmente, um lugar prático, histórico e envolto de dispositivos e disciplinamentos individuais (*anátomo-político*) e coletivos (*biopoder*).

Roberto Machado, na introdução de *Microfísica do Poder* (2011), mostra-nos que, na fase da *Arqueologia do Saber*, Foucault estava em busca de perceber como determinados saberes apareciam e se transformavam, analisando quais discursos eram produzidos e quais efeitos decorriam deles. Já no momento da *Genealogia do Poder*, apesar de não existir em Foucault uma teoria geral do poder, ele esteve em busca de elaborar o *porquê*, ou seja, “explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que, imanescentes a eles – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante –, vem a situá-los como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica” (FOUCAULT, 2011, p.10). Para fins de nossa análise, tentaremos pensar o corpo com Foucault dando mais enfoque a sua dimensão disciplinar, principalmente através da obra *Vigiar e Punir* (2009), passando rapidamente, ao final, a sua dimensão *biopolítica*,² envolvendo em seguida a problematização do corpo da mulher dentro desse pano de fundo.

Foucault é um autor também bastante utilizado por autoras feministas, principalmente por trazer o caráter histórico e político do corpo, desestruturando, assim, concepções essencialistas e universalizantes dos saberes e, conseqüentemente, percepção acerca dos sujeitos e sujeitas, tal qual o feminismo também se propõe a fazer. Assim, diante deste cruzamento entre Foucault e as temáticas do corpo e do feminismo, despertou-nos o interesse de tentar traçar algumas reflexões acerca do corpo da mulher neste artigo, buscando inicialmente pensar o “corpo em Foucault”, para então pensar o “corpo da mulher” em diálogo com uma perspectiva feminista de corpo envolto das reflexões foucaultianas.

Para isso, vamos nos debruçar em algumas autoras que buscaram pensar e problematizar a construção social e histórica do corpo da mulher, em interseção direta com o saber médico e científico, para, mais à frente, através da autora Susan Bordo (1997) – que realizou uma apropriação feminista de Foucault –, pensar o que ela chamou de *patologias femininas*, ou seja, conseqüências

¹Compreendemos o “pós” como incorporação e crítica, e não como sucessão ou superação.

²A passagem do poder disciplinar para o biopolítico não é passível de percepção e análise somente através de *Vigiar e Punir* (2009), sendo também importante as obras *História da Sexualidade I* (1977) e *Em Defesa da Sociedade* (2005).

de adoecimentos físicos e mentais vinculadas a disciplinamentos e assujeitamentos do corpo da mulher, tais como histeria e anorexia nervosa. A essa parte final, adicionaremos também algumas pontuações acerca da depressão pós-parto, que foram fruto do mestrado da presente autora do artigo.

Corpo em Foucault

Em *Decifrar o corpo – Pensar com Foucault* (2013), Jean-Jaques Courtine nos diz que é recente a emergência do corpo como objeto do discurso e como uma questão aberta para as Ciências Humanas. Só com a chegada do século XX, o corpo toma um lugar de relevância no local até então ocupado pela alma. Neste âmbito, haveria diferentes níveis de preocupação sobre o corpo a depender do saber – até o fim do século XIX, ele já se constituía um objeto central para a medicina e para as ciências naturais, porém ainda secundarizado pela filosofia e pela história.

O século XX seria, então, o grande inventor teórico do corpo para as ciências humanas, e é nesse contexto que o corpo irá emergir na obra de Michel Foucault, configurando-se como um objeto de e para discursos, adentrando, com isso, como elemento de estudos também das ciências humanas, não só o inscrevendo no horizonte histórico a longo prazo, mas também acompanhando as alterações posteriores da apreensão do corpo na modernidade.

A partir de Foucault em *Vigiar e Punir* (2009), por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder soberano, durante os séculos XV a XVII, eram as decisões acerca do direito de viver e morrer dos indivíduos. Tratava-se de um poder de *fazer morrer e deixar viver*. “O poder era, antes de tudo, neste tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2009, p.128).

A partir da Era Clássica, porém, desenrola-se uma transformação, na qual esse “confisco” não seria mais o principal meio de atuação, mas a isso se somaria a incitação, o reforço, o controle, a vigilância, a majoração e uma organização de forças diferenciadas. Ou seja, “um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (FOUCAULT, 2009, p. 128). Assim, há também uma reconfiguração da finalidade das guerras e uma preocupação com a organização social, na qual o que imperaria agora seria a existência de todos e a necessidade de viver – uma existência biológica da população – frente à dimensão jurídica da soberania do momento anterior: *fazer viver e deixar morrer*.

Se, no primeiro momento, existia o poder do soberano, segundo o qual o poder de morte poderia ser determinado, Foucault nos indaga: como continuaríamos a exercer esse poder, se o papel agora seria de garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem? Como conhecer, gerir e controlar um número de indivíduos cada vez maior, sem perder a soberania e um local de gerência? Como construir sujeitos capazes de compreender, disseminar e se sentir parte de

uma sociedade cada vez maior e “correta”?

Em *Vigiar e Punir* (2009), Foucault desenvolve uma obra sobre o poder e a experiência de docilização dos corpos, em que o Estado tomaria um papel fundamental, junto à criminologia e às ciências médicas. Torna-se fundamental conhecer o indivíduo, as suas propensões, seus atos presentes e futuros; retirá-lo das multidões confusas e percebê-lo individualmente; ensiná-lo a sentar-se, a segurar a caneta na hora da escrita, a entrar em fila; a desenvolver as técnicas para segurar armas, os movimentos mais seguros e rápidos na hora de engatilhá-las; compreender olhares parados, nomear o louco, o normal, o patológico; vigiar o desviante. Escolas, quartéis, manicômios, prisões, instituições de sequestro, como destacou Foucault, as quais tinham em comum o adestramento do corpo; sua docilidade e desenvolvimento; conhecê-lo e produzi-lo. É nesse âmbito que os centros de punição e adestramento, em sua lógica panóptica, tomam corpo.³

Para Courtine (2013), seria o momento em que o corpo iria verdadeiramente a ceder ao estatuto de objeto de pleno direito, em que a generalização dos encarceramentos e a sistematização das disciplinas fariam do corpo o alvo essencial de uma tecnologia política, de uma “microfísica” do poder. Para ele, Foucault seria como um cronista a narrar a história punitiva dos corpos reprimidos. Mas, diante dessas considerações, o que seria um corpo dócil para Foucault? “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2009, p.126).

Para Foucault, houve uma modificação do século XVII para o XVIII, quando se passou de uma retórica corporal da honra para a fabricação dos corpos. Diante disso, ele levanta uma questão: o que há de tão novo nos esquemas de docilidade que teve tanto interesse para o século XVIII? O controle enquanto escala, objeto e modalidade emergiria nessa discussão, sendo as disciplinas como fórmulas gerais de dominação numa política de coerções. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. (...) Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo” (FOUCAULT, 2009, p.127).

Assim, adentrariam as técnicas disciplinares, como forma de investimento político e detalhado do corpo, uma nova *microfísica* do poder. Há de se ressaltar que esse investimento do poder sobre o corpo não se trata apenas de algo na ordem da repressão, da negação, do barrar e dizer não. Pelo contrário. O poder, desenvolvido e exercido nas e através das técnicas disciplinares, constrói um

³ Uma questão do corpo que nos parece interessante nessa passagem da lógica renascentista para a clássica é o exemplo do corpo como alvo direto do poder no suplício público. O corpo, até mesmo o sem vida, que continua a ser martirizado. No suplício de Damiens, por exemplo, a morte era apenas parte da punição, que perdurou horas e mais horas na destruição do corpo. E a prisão, na verdade, é um ocultamento desse corpo-espetáculo, teatro real e publicizado. Na era clássica, ou pelo menos na virada dela para a nossa modernidade, o corpo é encarcerado, fechado e quem emerge enquanto alvo das técnicas de poder é a própria alma. O corpo é docilizado porque a alma é fabricada para a punição. Por isso que a vigilância torna-se símbolo da punição moderna. E isso se multiplica nos hospitais, prisões, escolas. É o corpo que muda com a mudança do poder, em um regime exposto. Noutro, o corpo é desestatalizado, os gestos são o alvo do novo poder.

corpo produtivo, apto às exigências modernas. Elege-se um padrão de normalidade, de excelência, e as estratégias de poder passam a ser investidas na direção do corpo disciplinado, normalizado. Logo, é importante frisar que o poder, na percepção foucaultiana, não deve ser interpretado como algo negativo, como se construiu por meio das teorias críticas. Na linha do autor em estudo, o poder produz. Produz saberes, técnicas, corpos produtivos. Em suas palavras:

[...] Todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso (FOUCAULT, 1999, p. 17).

A disciplina seria, para Foucault, uma anatomia política do detalhe, uma atuação em *nível capilar*. Por isso é possível afirmar que se trata de uma técnica individualizante, que desfaz a neblina instaurada na e com a multidão e lança focos de luz sobre corpos individualizados. Ela procederia, primeiramente, na distribuição dos indivíduos no espaço e, para isso, utilizaria diversas técnicas. Algumas delas: a cerca, a clausura; o quadriculamento individualizante (“cada um no seu quadrado”); localizações funcionais, espaços úteis; a fila – “a disciplina, a arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação de arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 2009, p.133). Elas organizam as celas, os lugares e as filas, criando espaços complexos – simultaneamente hierárquicos, arquiteturais e funcionais – e construindo “quadros vivos”, que transformam em organização as multiplicidades confusas, inúteis ou perigosas. Uma técnica de poder e um processo de saber. Uma tática disciplinar para ordenamento espacial dos sujeitos.

É nessa produção do verdadeiro que uma nova ordem discursiva se instaura. As técnicas disciplinares, ao permitirem o conhecimento individual, o adestramento, as estratégias desenvolvidas e as que deverão ser construídas para um conhecimento cada vez mais profundo e detalhado, engendram uma ordem discursiva que atravessa de forma comum as instituições de sequestro aqui mencionadas – escolas, quartéis, hospitais, etc –, todas com suas especificidades, mas lastreadas pelas técnicas disciplinares e construtoras de verdades. Verdades essas construídas nas disputas de saber e poder, no silenciamento de alguns ditos e a exaltação de outros. Tramas, jogos, disputas que nos ensinaram – e ensinam – a produzir e nomear, por exemplo, o que é um corpo saudável, normal, correto: adestrado.

Essas diferentes tramas que se espalham socialmente de múltiplas formas e direções e de forma sempre sutil, capturam o sujeito e lhe constroem. Subjetivam corpos e são por eles subjetivadas. Tratam-se de *artimanhas*. Por isso, para Foucault, o poder não é estático; está sempre em movimento, sendo capturado e capturando discursividades, modificando e sendo modificado por elas. Entre essas técnicas sutis de adestramento e produção, Foucault nos traz o sexo como uma

dessas artimanhas. Como um elemento de cuidado, produção de conhecimento, controle e inúmeras subjetivações do corpo e, conseqüentemente, de técnicas de adestramento que se expandem a ele.

Se, no século XVII, o polo disciplinar (exércitos, escola, etc.) e o das regulações (demografia, tabulação, etc.) apareciam separados, no século XIX haverá uma tentativa de articulação em agenciamentos concretos, que constituirão uma outra tecnologia de gestão. Agora, segundo Foucault, não apenas o corpo individual será cuidado e gerido, mas o corpo populacional. Articulando-se ao poder disciplinar, aquele que permitiu o adestramento do corpo, Michel Foucault nomeia essas novas técnicas de *biopoder*.

É nesse contexto que a busca pela compreensão do suicídio se fez presente – junto aos primeiros estudos de Sociologia. O suicídio se configuraria como um direito individual e privado de morrer, e se configurava como uma “surpresa” a uma sociedade que tinha por tarefa gerir a vida – uma desregularidade. Diante disto, Foucault diz que o poder sobre a vida desenvolveu-se em duas formas principais, sendo através do corpo como máquina (disciplinas anátomo-política do corpo) e do corpo-espécie (biopolítica e regulações). Será nesse momento que, pela primeira vez na história, o biológico reflete-se no político, e a vida será objeto de lutas políticas – o “direito” à vida.

Assim, a *biopolítica* – técnica desenvolvida pelo *biopoder* na gestão populacional – servia “para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem em domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana, (...) continuamente” (FOUCAULT, 2009, p.134). É necessário conhecer em maior escala. Controle das taxas de natalidade, números de presos e loucos, principais crimes. Nomeiam-se os criminosos, alerta-se sobre eles. Estabelecem-se o parentesco e as formas de procriação. É aqui, como uma técnica infinitesimal e sutil, que o sexo emerge como um elemento composto de diferentes artifícios de controle e conhecimento.

Chegamos, assim, ao que Foucault vai chamar de uma sociedade normalizadora, focada na produção da vida e que toma o corpo (e o sexo) como elemento capaz de produzir conhecimento e ser produtor dele. O que procurou nos mostrar Foucault, e que aqui busquei enfatizar através das construções do corpo, são os diferentes mecanismos de poder e saber que se unem e se espriam na configuração da vida. O corpo (e a sexualidade), como se buscou demonstrar, é um elemento potente para o emprego de técnicas disciplinares e biopolíticas. Alvos, ainda no presente – talvez mais ainda no presente –, de técnicas teóricas e sociais que produzem e silenciam saberes. Enfim, o corpo como instrumento e lugar político.

Corpo da mulher e saber médico

Antes de adentrar alguns pontos de interesse acerca do corpo da mulher para a problemática deste artigo, é de inevitável necessidade adentrar, mesmo que rapidamente, as rupturas trazidas principalmente pelo feminismo negro acerca da universalização do termo “mulher”, sendo alaistrado conseqüentemente para a ideia de corpo da mulher. O surgimento e desenvolvimento

de outros feminismos – mas principalmente o feminismo negro – vão na direção de romper com a universalidade do termo “mulher”, buscando uma ruptura epistemológica que desestabilize “conceitos-chave”, fechados em seu sentido, e mostre seu caráter de construção social envolto em relações de dominação, para assim desmobilizar lugares de privilégio e a fixidez conceitual e hierárquica do conhecimento científico. Sendo mais direta, a posição raça/classe influencia diretamente a produção de ciência e, conseqüentemente, a produção que se faz acerca do mundo social. Pensar interseccionalmente é fazer emergir essa concepção, problematizando ainda a tendência científica de universalização das visões de mundo.⁴ Desse modo, quando trazemos “corpo da mulher” para essa breve análise aqui proposta, estamos falando de um recorte específico e localizado pelos autores e autoras aqui analisados. Ressalto esse recorte para seguir adiante.

O corpo da mulher foi (e ainda é) foco de práticas e discursos disciplinares e normalizadores. Podemos perceber isso de maneira bastante latente, analisando sua elaboração e construção a partir do saber médico, que acompanha essa transição elaborada por Foucault do corpo individual para o corpo coletivo, culminando – entre diversas outras coisas – no grito feminista que intitula este artigo e que potencializa a discussão desse corpo social e político da mulher como um lugar de direito – individual e coletivo. Para trazer algumas dimensões sociohistóricas e culturais do corpo da mulher, trarei, nesta parte, algumas autoras e autores que pensaram acerca da construção social e cultural do corpo da mulher, tendo a ciência médica como elemento de problematização, tal qual Foucault também buscou analisar.

Em *Inventando o sexo* (2001), Thomas Laqueur nos apresenta uma interface entre biologia, história e filosofia para problematizar um lugar a-histórico e apolítico em que a biologia se propunha a estar para a concepção do corpo como um conhecimento “concreto”. Seu trabalho pode ser visto, neste sentido, como uma contribuição para perceber o caráter histórico e político da suposta “natureza feminina”. Para o autor, ao contrário de se definir o gênero enquanto algo posto pelo sexo biológico, ele o traz como uma construção social, uma invenção da ciência – como Simone de Beauvoir também pontuou, e Judith Butler implodiu. Assim, a representação do corpo estaria imbricada a uma *fisiologia moral*.

Ao remontar aos gregos, para os quais a concepção de corpo se relacionava a uma ritualística universal e natural, até culminar em Freud, com um corpo do desejo e habitado pelo inconsciente, Laqueur nos mostra como “muitas águas já rolaram” para/com a definição do corpo – mas, certamente, o corpo da mulher sempre esteve em foco por sua capacidade única e exclusiva: a reprodução. Assim, vemos o corpo feminino acompanhar algumas metáforas de estruturas de mundo, seja através de analogias à natureza, às máquinas ou em oposição binária ao homem.

Emily Martin (2006) também foi uma autora que buscou examinar processos culturais imbricados nas concepções das mulheres acerca de seus corpos, percebendo como certos discursos

⁴ A autora Patrícia Hill-Collins foi a inspiração para essa breve pontuação.

ligados a hormônios, útero, menstruação, por exemplo, eram construídos pelo saber médico e acabavam por se tornar metáforas sociais, e subjetivas e não apenas descrições científicas “neutras”.

A medicina, principalmente pós-industrialização, começa a tratar o corpo da mulher como uma estrutura hierárquica, direcionada para a reprodução. Assim, com o desenvolvimento da obstetrícia, assim como do pensamento e da medicina ocidentais, o corpo da mulher passa a ser visto como máquina, o que se expressaria, no caso do parto, por exemplo, em uma substituição das mãos femininas das parteiras pelas mãos masculinas dos médicos e suas ferramentas que as “consertam”, controlam e trazem o “produto” (o bebê) ao mundo,⁵ dialogando diretamente com essa visão foucaultiana de corpos produtivos voltados para finalidades do Estado – nesse caso, envolto nos discursos de controle e estímulo da natalidade.

Martin demonstra até que ponto a ciência se tornou responsável pela fragmentação da ideia de pessoa, influenciando, assim, como as mulheres representariam o próprio corpo. Além disso, muitos elementos da ciência médica moderna têm sido considerados responsáveis, em parte, pela fragmentação da unidade da pessoa. Quando a ciência trata a pessoa como máquina e pressupõe que o corpo pode ser consertado por meio de manipulações mecânicas, ela ignora, e nos incentiva a ignorar, outros aspectos do nosso eu, como nossas emoções e nossas relações com as outras pessoas (MARTIN, 2006, p.58). Assim, não seria “acidente” que fatores “naturais” sobre as mulheres, ligadas às concepções e definições biológicas, fossem usadas com frequência para justificar uma estratificação social baseada no gênero.

A questão dos hormônios também é um elemento corporal que possui uma longa trajetória na construção do conhecimento biomédico sobre os ditos “comportamentos das mulheres”. Fabíola Rohden (2007), em busca de problematizar a popularização dos discursos sobre os hormônios, tanto no meio científico como no senso comum, traz os hormônios “como metáfora que nos ajudam a entender certos valores que vão sendo redefinidos e reafirmados” (ROHDEN, 2017, p. 4), ligados não só ao funcionamento do corpo, mas, principalmente, à referência a comportamentos, preferências, emoções etc., assim como à suposta diferenciação entre os gêneros.

Em *Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* (2001), Rohden também desenvolve acerca do fenômeno dos discursos científicos e midiáticos em tentar obsessivamente definir as diferenças entre homens e mulheres, ilustrando não só os “progressos” da ciência, mas refletindo, principalmente, a determinação de contingências políticas e culturais imbricadas no

⁵ A autora Silvia Federici (2017), em seu livro *Calibã e Bruxa*, propõe-nos um complemento à visão histórica sobre a captura do corpo feminino, mais especificamente sobre o capital reprodutivo da mulher. Para a autora, há a ascensão do poder masculino sobre a vida, por um lado, e, por outro, a extinção do poder feminino sobre o seu próprio corpo. Para ela, e isso com uma crítica interessantíssima tanto para Foucault, quanto para Marx, essa tomada de poder do homem-ciência da função reprodutiva da mulher foi uma fase essencial para a formação do capitalismo tal qual o conhecemos. Foi um período de acumulação primitiva do capital reprodutivo.

dualismo societal entre natureza e cultura. A autora remontará às transformações características do século XIX, analisando desde a industrialização, urbanização e maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, até a construção de uma especialidade médica voltada para a mulher e a reprodução: a ginecologia – o que convergiria, para a autora, numa verdadeira “ciência da diferença”.

Nesse contexto, a maternidade, por exemplo, não escapa desse processo, mas, ao contrário, é um dos aspectos centrais dele, porque maternidade e aborto estão em dois extremos na discussão sobre direitos reprodutivos das mulheres. Num país onde é vigente uma concepção de criminalização e rechaço às mulheres que decidem interromper a gravidez, levá-la a termo e exercer a maternidade se coloca como um ato sublime, independente das reais condições e desejos que as mulheres efetivamente tenham de se tornarem mães. Retomarei um pouco mais essa questão ao tratar da depressão pós-parto, mais à frente.

Outros fatores que também influenciariam a chamada “ciência da mulher”, neste contexto, estariam relacionados à própria constituição do Estado-nação brasileiro, junto a uma dinâmica intervencionista do higienismo, ligado a um controle de natalidade e por uma intensa preocupação quantitativa da população – *biopoder*. Seria o que Jurandir Costa chamaria de *mãe-higiênica* (COSTA, 1999), proveniente desse duplo movimento histórico, no qual, por um lado, existiria uma emancipação feminina do poder patriarcal e, por outro, a colonização da mulher pelo saber médico. Assim, práticas como o aborto e a contracepção saem do âmbito da escolha pessoal e passam a implicar uma ameaça à ideia de “crescimento da nação”, atuando sempre como políticas de controle e podendo, inclusive, articular discursos contraditórios, ora remetendo à argumentação sobre índices de natalidade e mortalidade, arregimentando o discurso de controle populacional, por exemplo, quando tratamos de métodos contraceptivos, ora exercendo controle por regulação moral e criminal, tal como acontece no impasse acerca da legalização do aborto no Brasil. De um feixe ou de outro, tais implicações vêm incidir diretamente sobre as possibilidades de escolha, decisão e autonomia das mulheres em relação aos seus próprios corpos. É aqui que o “meu corpo, minhas regras!” também se assenta, pois, mais que uma frase de ordem, também carrega uma necessidade de retomar o poder do uso do próprio corpo.

Rohden (2008) também problematiza os padrões dicotômicos homem-mulher, demonstrando como, na passagem do século XVIII para o XX, a elaboração científica de uma natureza imutável entre homens e mulheres, em referência a uma anatomofisiologia essencialmente diferenciada, ampliou-se para uma explicação também de ordem bioquímica, em um modelo dualista, no qual o ovário se evidenciaria como principal responsável pelas perturbações de ordem física e mental das mulheres, em detrimento dos testículos masculinos. Nessa lógica, os órgãos sexuais das mulheres seriam o centro da *economia corporal feminina*.

Ainda neste contexto, Rohden ressalta que ela chamou de “império dos hormônios”, que viria, mais uma vez, através de discursos – também científicos e disseminados para o senso comum

– voltados para as mulheres, tendo na ideia de ciclos e instabilidade suas principais representações. Além disso, em alguns casos, como o da loucura puerperal, as perturbações femininas poderiam ter consequências que extrapolavam o domínio individual, chegando, na visão dos médicos, a atingir a sociedade como um todo, uma vez que eram percebidas como determinantes na execução de atos considerados nocivos ao bem público, como no crime de infanticídio. Na realidade, tratava-se de um terreno de desordens que passava pelo corpo, mente e moralidade femininas e chegava até a sociedade (ROHDEN, 2008, p.135). Novamente Foucault, podendo se fazer presente ao pensar disciplina e *biopoder*.

Em sua análise e contextualização histórica acerca do desenvolvimento da obstetrícia e da ginecologia, Elisabeth Meloni Vieira (2002) analisa acerca do controle sobre a reprodução, revelando o complexo papel da medicina tanto no âmbito *macrossociológico*, ligado à lógica capitalista, como no *micro*, como sujeito de definições dos corpos e “natureza” das mulheres. Ao pensar a medicalização como o que “significa transformar aspectos da vida cotidiana em objeto da medicina de forma a assegurar conformidade às normas sociais” (VIEIRA, 2002, p.19), Vieira aborda o corpo da mulher como objeto central dessa medicina e, conseqüentemente, como produtor de práticas culturais e subjetividades das mulheres.

A autora dialoga com Foucault, mostrando como surgem, na sociedade ocidental, certos dispositivos de controle da sexualidade e da reprodução, desembocando numa prática médica intervencionista e em um discurso não só disciplinar sobre os corpos, mas efetivamente na apropriação destes.

A história da apropriação do corpo feminino pelo saber médico foi efetivamente marcada pelo desenvolvimento de um conhecimento cirúrgico e tecnológico promovido pela aproximação da medicina com o momento do parto, a partir do qual esse saber se ordena e se sistematiza com o nome de obstetrícia (VIEIRA, 2002, p.23).

É a partir desse saber que todo um campo irá se organizar como disciplina médica, permitindo o deslocamento do conhecimento sobre o corpo das mulheres das mãos de outras mulheres (as parteiras), para as mãos dos homens (os médicos), como Martin também pontuou. O que irá caracterizar, conseqüentemente, sua crescente regulação e medicalização. Bem como a coerção às práticas não medicalizadas sobre o corpo, como no caso das parteiras.

Feito esse breve passeio por algumas autoras que buscaram analisar o caráter histórico e social de práticas e discursos em relação ao corpo da mulher, acreditamos ser possível perceber, em diversos pontos, o movimento da dimensão individual do corpo (vinculado à uma justificação biologizante do corpo) para o coletivo (público e político), principalmente através das práticas médicas. Abrindo caminho, assim, para o retorno do diálogo com Foucault. Foucault e os estudos feministas nos permitem articular os termos de como se constiuem, sociologicamente, os corpos enquanto lugares de atravessamento de poder, assim o corpo da mulher, permitindo-nos desvelar

os fios de poder que os demilitam e, por conseguinte, que os constituem.

Patologias femininas

Susan Bordo, em seu artigo *O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault* (1997), traz uma análise que busca pensar como as mulheres ainda gastam mais tempo com o tratamento e disciplinamento de nossos corpos, acabando por reproduzir ainda uma lógica homogeneizante e normalizadora. Para Bordo, seria útil a apropriação feminista de alguns aspectos de Foucault, principalmente no que diz respeito a: primeiro, visualizar o poder, não como objeto, que alguns detêm e outros não, mas como uma “rede de práticas, instituições e tecnologias que sustentam posições de dominância e subordinação dentro de um âmbito particular” (BORDO, 1997, p.21); segundo, o caráter constitutivo do poder, percebendo as dimensões *capilares* e a possibilidade de se analisar o poder “a partir de baixo”; terceiro, na “recuperação” de um discurso de confronto às forças de opressão e normatização.

Ao se apropriar de Foucault em uma perspectiva feminista, a autora busca problematizar a docilização dos corpos femininos, mostrando um terreno particular em que é possível notar certas dinâmicas disciplinares e biopolíticas, o que acaba por desembocar em patologias femininas, ou seja, desordens ligadas ao gênero feminino e historicamente localizadas – a autora traz os casos da histeria, no contexto vitoriano, e a agorofobia e anorexia nervosa, no contexto mais atual.

A histeria também foi um objeto pensado por Foucault, em *História da sexualidade I* (1999), em que a histerização das mulheres “levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade” (FOUCAULT, 1999, p.137). Para Bordo, a histeria viria como contraponto intensificado dos traços normalizadores de feminidade da época. Ela pontua a visão médica da época da “personalidade histérica”: “impressionável, sugestível e narcisista; altamente instável, mudando de humor repentina e dramaticamente por razões aparentemente irrelevantes... egocêntrica ao extremo... essencialmente assexuada e não raramente frígida” (BORDO, 1997, p.23). Percepções conservadoras que podemos ver até hoje, em casos de mulheres que não se submetem à posição de “bela, recatada e do lar”.⁶

Quanto às outras “desordens”, Bordo também analisa a anorexia, ressaltando que a sintomatologia dessas patologias revela-se como textualidade de um ideal contemporâneo pelo corpo “saudável”, ou seja, magro, “esbelto”. Segundo Bordo, essa inscrição visivelmente literal e dolorosa no corpo da mulher com anorexia está intimamente relacionada à construção da feminidade

⁶ Referência à reportagem da revista Veja (18 de abril de 2016) acerca das características de Marcela Temer, esposa do ex-vice-Presidente da República Michel Temer, que gerou um grande debate virtual – principalmente nas críticas pelas feministas (Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>).

contemporânea e, conseqüentemente, à construção de uma normalização do corpo da mulher.

Nossos corpos, quando nos arrastamos todos os dias para a ginástica e resistimos ferozmente às nossas fomes e aos nossos desejos de gratificar e mimar a nós mesmas, também estão se tornando cada vez mais habituados com as virtudes “masculinas” de controle e autodomínio. As anoréxicas as perseguem com dedicação ingênua, inabalável. (...) O ideal de esbeltez, junto com a dieta e os exercícios emagrecedores que se tornam inseparáveis da mesma, oferece a ilusão de cumprir, através do corpo, as exigências contraditórias da ideologia contemporânea da feminidade (BORDO, 1997, p.26).

O corpo anoréxico visibiliza, de maneira alarmante, os extremos que certos ditames e práticas sociais ocasionam ao corpo da mulher, trazendo de maneira latente suas consequências a nível físico – e emocional. A histeria e anorexia analisadas por Bordo aparecem, assim, como adoecimentos somatizados no corpo das mulheres que ainda tentam resistir a lógicas disciplinares e biopolíticas direcionadas às suas práticas e discursos, ou o que Bordo chamou de “patologias como protesto” (BORDO, 1997, p.27).

Na espreita dessa concepção trazida por Bordo, podemos também pensar acerca da Depressão Pós-Parto (DPP) – tema analisado pela presente autora deste artigo –, de modo a perceber como a experiência da maternidade, vinculada diretamente a discursos normalizadores, influencia, em certos aspectos, o adoecimento físico-mental das mulheres. As mulheres entrevistadas na pesquisa se diziam pressionadas, cansadas e culpadas em busca da tentativa de alcançar um ideal de boa-mãe. Somado a isso, experiências traumáticas de parto que as destituíam do poder de autonomia dos próprios corpos nesse rito de passagem para a maternidade.

Percebeu-se também a existência de um discurso hegemônico, que traz a ideia de que a mulher só se realizaria na maternidade, em detrimento de outros discursos que falam da priorização da vida profissional. Esses discursos estariam diretamente ligados a questões e debates feministas, de modo que a maternidade, tal como Lucila Scavone (2001) ressalta, seria reveladora de uma prática social com diversas contradições, mudanças e permanências, em que “a recusa ou aceitação da maternidade pode acontecer, ao mesmo tempo, em espaços e posições sociais diferenciadas” (SCAVONE, 2001, p.141). Assim, pensar a maternidade, nesse contexto, levou-nos a compreendê-la como um fenômeno social que nos trouxe diversas contribuições para se pensar o objeto da DPP.

Na pesquisa, a DPP terminou atuando como um possível acesso à experiência da maternidade justamente naquilo que menos se espera dela: o cansaço, o fracasso, a tristeza, a depressão. Nas narrativas das entrevistadas, encontramos também representações e significações diversificadas ligadas aos discursos e imaginários coletivos, quanto ao tema da DPP. Essas narrativas, nesse contexto, ultrapassaram o que está nos DSM's e CID's, indicando que, apesar da linguagem e de elementos construídos socialmente pela medicina – tal como o “cérebro” e o “hormônio” enquanto condicionadores de comportamentos e emoções das mulheres –, também foi possível

perceber os distanciamentos, ou linhas de fuga, dentro desse sistema, seja no questionamento do diagnóstico através de elementos biográficos, seja a partir de uma análise mais estrutural, baseada nas diferenças de gênero no âmbito da maternidade.

Tanto a histeria como a anorexia e a depressão pós-parto se apresentam, neste contexto, como processos de sintomatização corporal vinculados a práticas e discursos médicos e sociais, que, em maior e menor escala, voltam-se na tentativa de normalização, disciplinamento, controle e modelamento do corpo da mulher. Mas, como Foucault bem pontua, onde tem poder, tem fissura, resistência. Movimento este que o “meu corpo, minhas regras!” busca criar.

Considerações finais

Na busca de inspiração para este artigo, redireigi-me ao texto “*Como falar de corpo?*”, de Bruno Latour, a fim de me afectar pela temática do corpo, buscando traçar um caminho menos dualista e holístico acerca deste tema. Latour me inspira na tentativa de não pensar sobre o corpo diretamente, mas “sobre as diversas formas como o corpo é envolvido nos relatos daquilo que faz” (LATOUR, 2004, p.40), fazendo uma articulação com a própria discussão de ciência.

O corpo, para Foucault, é algo diretamente mergulhado em relações de poder. Segundo ele, é no corpo que estas se operam, assim como também o marcam, adestram, constroem e cobram normalização (FOUCAULT, 2009, p.30). Como não perceber o corpo da mulher marcado – literalmente – no contexto social e político? A luta da bancada evangélica contra o direito ao aborto, a prática extensiva da cesária nos corpos grávidos, as violências nos corpos de mulheres trans, as estratégias midiáticas da obtenção de corpos jovens e “perfeitos”. Enfim, uma série de dispositivos que apontam de maneira categórica ao corpo da mulher, de modo a moldá-lo, suprimi-lo em sua potência.

O corpo da mulher é um debate seminal nas lutas e estudos feministas. O direito à decisão acerca do próprio corpo é uma luta que vemos desde a “primeira onda” do feminismo – como na questão do direito ao anticoncepcional, por exemplo – até hoje, quando ainda temos de ir às ruas reivindicar o direito ao aborto, a um parto humanizado ou ao simples direito de andar segura nas ruas sem sofrer algum tipo de violência. A luta feminista vai de encontro às tentativas constantes de docilização dos corpos das mulheres, buscando visibilizar e desestabilizar os elementos repressores de determinadas práticas e discursos, assim como a luta pela resistência e emancipação desses poderes.

Ao longo do texto, buscamos destacar como diferentes relações de poder e saber constituem elementos que configuram o que poderíamos chamar de “corpo da mulher”. Como o corpo foi e ainda é utilizado como técnica que engendra conhecimentos capazes de criar outras verdades e também silenciamentos. Foucault foi um autor que via o corpo como uma formação discursiva, como uma interpretação, sempre envolto em tecnologias de normalização, controle e disciplina.

O feminismo, tanto enquanto possibilidade analítica, como principalmente enquanto postura política frente à normalização dos corpos e comportamentos das mulheres, continua sendo uma forte e efetiva ferramenta de atuação política. Já avançamos bastante, mas ainda temos diversos adversários. Gritar “meu corpo, minhas regras!” ainda se faz necessário.

Referências

BORDO, Susan. 1997. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record.

COSTA, Jurandi. Freire. 1999. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

COURTINE, Jean-Jacques. 2013. *Decifrar o corpo - Pensar com Foucault*. Petrópolis: Vozes.

FEDERICI, Silvia. 2017. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e cacumulação primitiva*. Tradução : Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.

FOUCAULT, Michel. 1999. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.

_____. 2005. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975- 1976)*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2009. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

_____. 2011. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.

HILL-COLLINS, Patricia. 2000. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge.

LAQUEUR, Thomas. 2001. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LATOUR, Bruno. 2004. Como falar de corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: *Body and Society*, vol. 10 (2/3), pp. 205-229.

MACHADO, Roberto. 2011. Introdução: Pour uma genealogia do poder In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, p.7-23.

MARTIN, Emily. 2006. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond.

ROHDEN, Fabíola. 2001. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de

Janeiro: Ed. Fiocruz.

_____. 2008. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúdes – Manguinhos* [Online], vol. 15, p.233-152.

_____. 2017. A popularização dos hormônios: verdades científicas ou metáforas para falar de gênero?. *ComCiência* (UNICAMP), Vol. Fev, p.1-6.

SCAVONE, Lucila. 2001. A maternidade o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, Vol.16, p137-150.

VIEIRA, Elisabethe Meloni. 2002. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.